

## Reforma Administrativa: ineficaz e faz mal ao Brasil

*Todos os problemas alegados pelo governo federal para justificar a Reforma Administrativa não são resolvidos pela PEC 32/20. Pior: além de ineficaz, a proposta faz muito mal.*

É preciso que a verdade seja dita aos brasileiros: a PEC 32, assinada por Paulo Guedes, que nunca tolerou um modelo de país de proteção social e despreza pobres, é uma reforma de Estado fantasiada de reforma administrativa. É uma constituinte disfarçada de Proposta de Emenda à Constituição, que visa à liquidação do projeto da Assembleia Constituinte de 1988 e, por consequência, dos princípios e objetivos fundamentais da República por ela proclamados.

Esta PEC muda não apenas as regras para os servidores públicos, mas muda a essência da própria Constituição, a identidade do pacto que foi democraticamente firmado em 5 de outubro 1988. Por isso, repita-se: essa não é uma reforma administrativa, é uma reforma de Estado, ou, como preferimos, uma (de)forma do Estado, promovida por governantes e gestores de matiz autocrata, que não inspiram qualquer confiança e, ainda, por meio de um projeto mal feito, ineficaz e injusto.

E que não se diga que a demolição do projeto da Constituição Cidadã não é o objetivo explícito. Afinal, as declarações são expressas nesse sentido. Não à toa, os fundamentos de cidadania e de dignidade da Constituição de 1988, bem como os objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e, por fim, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são todos inviabilizados pela PEC 32.

Em troca de um Estado democrático de proteção social que precisa de investimento e aprimoramento, a PEC 32 nos dá um Estado mínimo e patrimonialista, com traços de autoritarismo e atraso.

A proposta se divide em dois caminhos: O primeiro é o de desobrigar o Estado da prestação de serviços públicos e, conseqüentemente, numa ótica fiscalista, cortar gastos. **Por isso, a PEC 32 cria o arcabouço jurídico para a total privatização de serviços públicos básicos, hoje universais e gratuitos, como saúde e educação, sem restrição à participação de pessoas jurídicas privadas com fins lucrativos, como empresas.** Por óbvio, os custos destas mudanças recairão sobre os mais pobres, que já sofrem com um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo.

E do pouco que sobrar deste Estado, o que faz a PEC 32? Entrega-o aos amigos do presidente. Afinal, está liberada a criação de um cabide de empregos, a serem distribuídos a quem for interessante ou, talvez, a quem estiver disposto a devolver o salário em rachadinha ou participar de outros esquemas de corrupção.

E quem ainda desagradar, reclamar ou ousar desobedecer? Manda embora, porque a estabilidade praticamente acabou. E que não se diga que é suficiente deixar apenas os servidores dos "cargos típicos de Estado", sequer definidos, com estabilidade.

E para aquele grupo residual de servidores públicos ainda estáveis, também se tem solução: a chefia, que pode punir quem sair da linha, será ocupada por um daqueles amigos, aprovados não por concurso público, mas indicados pelo coração ou pelo bolso do governante de plantão.

Mas e se até isso não resolver? O presidente da República, por simples decreto, ou, como ele mesmo prefere dizer, por sua caneta "Bic", poderá transformar carreiras e cargos públicos, inclusive para retirar atribuições, especialmente daquelas que estejam incomodando demais.

Com a PEC 32, em uma canetada, fiscais ambientais deixam de poder aplicar multas e servidores técnicos param de publicar dados oficiais, desaparecendo as publicações sobre o aumento de queimadas e do desmatamento ilegal, ou sobre a explosão da pobreza e da fome.

Ou, ainda, quem sabe professores de universidades que fazem "balbúrdia" podem ter suas funções de coordenadores/diretores esvaziadas ou extintas.

## **Privilégios**

Dizem que a PEC 32/20 vai acabar com privilégios e com os supersalários, quando a massa de servidores públicos brasileiros, que é composta por profissionais da educação e da saúde ganha até quatro salários-mínimos. Mas a PEC 32 não inclui militares, que são os donos da segunda maior folha de pagamentos da Esplanada dos Ministérios, bem como não inclui juizes, promotores, deputados e senadores, topo da cadeia alimentar salarial e que têm os maiores privilégios funcionais. Como se não bastasse, é o mesmo governo que, curiosamente, aprova "teto duplex", dobrando, num passe de mágica, os salários do Presidente e do Vice-Presidente e de outros Ministros militares, e cria "orçamento secreto" para distribuir ocultamente recursos públicos com finalidades pouco republicanas.

## **O serviço público não é ineficiente**

Dizem que querem dar "eficiência", mas não trazem normas que possibilitam estratégias ou ferramentas efetivas de controle e de gestão pública e, por consequência, na ponta, melhoram o atendimento ao cidadão. A realidade é que boa parte dos problemas dos serviços públicos seriam resolvidos com financiamento adequado, leis regulamentadoras do que já existe na Constituição (a exemplo da avaliação de desempenho), tecnologia, formação, gestão pública e controle, e não demitindo servidores públicos, como se esses fossem os culpados por problemas históricos decorrentes, principalmente, de subfinanciamento, que leva à precarização. Ainda assim, foi este serviço público, tão abandonado, quem socorreu a massa da população nesta pandemia.

Quem nos deu leitos de UTI foi o SUS. Quem cuidou dos doentes de COVID-19, sem planos de saúde privados, foram os profissionais de saúde dos hospitais públicos. Quem nos deu vacinas foi o Butantan e a Fiocruz. Quem nos garantiu a segurança delas por critérios técnicos foi a ANVISA. Quem desenvolveu respiradores e pesquisas científicas relevantes foram as universidades públicas. Portanto, não venham culpar o serviço público e os servidores.

O serviço público, com todos os seus defeitos, vícios e falta de recursos, é um verdadeiro milagre, que salva vidas e permite a dignidade mínima para milhões e milhões de brasileiros, por vezes sendo a única porta de entrada dos mais pobres e marginalizados para a cidadania. Vamos melhorá-lo, vamos valorizá-lo, vamos fortalecê-lo. Este é o projeto da Constituição de 1988.

**Não à PEC 32/20!**

